Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA № 163, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019

Abre crédito suplementar no valor global de R\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil reais) ao Orçamento do CNJ, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 47, § 1º inciso II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; no art. 4º da Lei Orçamentária Anual, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019; e na Portaria nº 1.144/SOF/ME, de 7 de fevereiro de 2019,

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor global de R\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil reais) ao Orçamento do CNJ, para atender à programação constante do Anexo

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme indicado no Anexo II. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI

PROGRAMA DE T									Crédito Suplementa
	<u>RABALHO (SUPLEMENTAÇÃO </u>							Recurso	de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	G N	R P	M O D	U	F T	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							12.700.000
	1303	ATIVIDADES							12.700.000
02 032 02 032	1389 2B65 1389 2B65 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional							12.700.000 12.700.000
			F	4	2	90	0	100	12.700.000
TOTAL - FISCAL									12.700.000
TOTAL - SEGURID	DADE								(
TOTAL - GERAL									12.700.000
ÓDCÃO: 17000	Conselho Nacional de Justica								
	- Conselho Nacional de Justiça - Conselho Nacional de Justiça								
ANEXO II	- Conseino Nacional de Justiça								Crédito Suplementa
	RABALHO (CANCELAMENTO)							Recurso	de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Е	G	R	М	l	F	VALOR
			S	N	P	0	Ü	Ť	
			F	D		D		E	
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							12.700.000
		ATIVIDADES							
02 032 02 032	1389 2B65 1389 2B65 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional							4.200.000 4.200.000
		Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos -	F	3	2	90	0	100	
02 032		Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional PROJETOS	F	3	2	90	0	100	4.200.000
02 032	1389 2B65 0001 1389 152A	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional PROJETOS Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe	F	3	2	90	0	100	4.200.000 4.200.000 3.400.000
02 032	1389 2B65 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional PROJETOS Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial	•		2				4.200.000 4.200.000 3.400.000 3.400.000
02 032	1389 2B65 0001 1389 152A	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional PROJETOS Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial	F	3	2	90	0	100	4.200.000 4.200.000 3.400.000 500.000
02 032 02 126 02 126	1389 2B65 0001 1389 152A 1389 152A 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional PROJETOS Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - Nacional	•		2 2 2				4.200.000 4.200.000 3.400.000 500.000 2.900.000
02 032 02 126 02 126 02 126	1389 2B65 0001 1389 152A 1389 152A 0001 1389 1K27	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional PROJETOS Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - Nacional Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	F	3		90	0	100	4.200.000 4.200.000 3.400.000 500.000 2.900.000 5.100.000
02 032 02 126 02 126	1389 2B65 0001 1389 152A 1389 152A 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional PROJETOS Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - Nacional Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da	F	3		90	0	100	4.200.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO № 590, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre alteração de dispositivos da Resolução CJF n. 5/2008, de 14 de março de 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n. 0001168-42.2019.4.90.8000 e o decidido na sessão de julgamento de 23 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Inserir o § 1º-A no art. 58 da Resolução CJF n. 5/2008, com a seguinte redação:

TOTAL - GERAL

§ 1º-A Sendo o afastamento do cargo necessário para o servidor não incidir em hipótese de inelegibilidade, a licença será remunerada a partir do terceiro mês antecedente ao pleito eleitoral (Lei Complementar 64/90 e Resolução 18.019/1992 do TSE).

Art. 2º Alterar o art. 60, caput, da Resolução CJF n. 5/2008, o qual passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60. O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções perceberá apenas a remuneração do cargo efetivo, a partir do dia imediato ao protocolo do pedido de sua candidatura perante a Justica Federal, ou a partir do terceiro mês antecedente ao pleito eleitoral, quando o registro não ocorrer até tal data, até o décimo dia seguinte ao do pleito." (NR) Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO № 215, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a fixação de valores de anuidade e taxas devidas aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, regulamentada pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965 e a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011 que trata, dentre outras matérias, das contribuições devidas aos

conselhos profissionais em geral; CONSIDERANDO ser atribuição do Conselho Federal de Biblioteconomia fixar o valor da anuidade com base nos limites estabelecidos pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a variação acumulada nos últimos doze meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a DECISÃO da Diretoria, ad referendum do Plenário do CFB da 18ª Gestão;,

resolve:

Art. 1º Fixar os valores das anuidades e taxas devidas aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, pelos profissionais e pessoas jurídicas de direito público e privado, para o exercício de 2020, da seguinte forma:

a) Profissional: R\$ 438,85.

b) Pessoa jurídica de direito privado, de acordo com as seguintes faixas de capital social, conforme art. 6° , III, da Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011: FAIXA CAPITAL SOCIAL (R\$) ANUIDADES

1 Até 50.000,00 - R\$ 665,85;

2 De 50.001,00 a 200.000,00 - R\$ 1.489,93;

3 De 200.001,00 a 500.000,00 - R\$ 1.995,03; 4 De 500.001,00 a 1.000.000,00 - R\$ 2.659,63;

5 De 1.000.001,00 a 2.000.000,00 - R\$ 3.324,23;

6 De 2.000.001,00 a 10.000.000,00 - R\$ 3.990,06;

7 Acima de 10.000.001,00 - R\$ 5.319,26. c) Pessoa jurídica de direito público: R\$ 665,85.

§ 1º O pagamento integral da anuidade poderá ser efetuado mediante a concessão dos seguintes descontos:

I - 15% (quinze por cento), se pago até 31 de janeiro de 2020 - 373,02;

II - 10% (dez por cento), se pago até 28 de fevereiro de 2020 - R\$ 394,96;

III - 5% (cinco por cento), se pago até 31 de marco de 2020 - R\$ 416.90 § 2º Em caso de parcelamento da anuidade, as parcelas obedecerão aos

seguintes critérios: a) Parcelamentos firmados antes do dia 31 de março de 2020: as parcelas vencidas não sofrerão qualquer acréscimo de juros, multa ou correção monetária, sendo

que as parcelas vencidas após 31 de março de 2020 sofrerão incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela variação mensal do INPC/IBGE; b) Parcelamentos firmados após o dia 31 de março de 2020: as parcelas sofrerão acrescimos de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da anuidade, juros de

1% (um por cento) ao mês, e incidência de correção monetária pela variação mensal do INPC/IBGE. § 3º Será cobrada anuidade complementar à pessoa jurídica de direito privado,

sempre que houver atualização do seu capital social. Art. 2º A anuidade referente ao exercício em que for requerido o registro, reativação ou cancelamento profissional ou de pessoa jurídica de direito público ou privado

será cobrada na proporção de 1/12 (um doze avos) dos meses restantes, incluindo-se o mês do registro. Art. 3º Todo profissional e pessoa jurídica com registro secundário também

pagará anuidade ao Conselho em cuja jurisdição se registrar. Art. 4º As taxas e serviços não sofrerão ajustes, mantendo-se os valores já praticados:

a) Registro principal de profissional e expedição de Carteira de Identidade Profissional e Cédula de Identidade Profissional - R\$ 63,00;

b) Registro provisório de profissional e expedição de Cartão Provisório - R\$ 63,00;





12.700.000